

inovação
inovação *Concurso Inovação na*
inovação *Gestão Pública Federal*

Experiência:

Comunicação Institucional e Parcerias para Fiscalização

Delegacia do Ministério de Minas e Energia em Minas Gerais
Seção de Fiscalização

Responsável: Oiama Paganini Guerra

Equipe: Edmar Carvalho; Eduardo Mendes de Castro; Francisca Neta Barbosa; José Helvecio Moreira; Leonardo José Ramos; Maria Beatriz C. Alves; Carlos Humberto de Oliveira; Luiz T. da Costa e Roberto Ramos Lorentz.

Endereço: Praça Milton Campos, 201(6º andar), Serra
Belo Horizonte, MG
Telefax: (031) 225-4270
e-mail: dmmemg.@net.em.com.br

Data de Início da Implantação da experiência: 02 de outubro de 1995

Relato da situação anterior à introdução da inovação

O que pretendemos descrever de forma sucinta é sobre a fiscalização dos derivados do Petróleo, que até 1990 era feita pelo Conselho Nacional do Petróleo, a seguir até 1997 pelo Departamento Nacional de Combustíveis, e a partir de 1998 será realizada pela Agência Nacional do Petróleo, sendo que todos os órgãos citados possuíam ampla competência para disciplinar a produção, a distribuição, e comércio do petróleo e suas frações, bem como armazenamento e segurança.

No passado até o ano de 1990, havia um excesso de regulamentação no M.M.C. e Conselho Nacional do Petróleo, por conseqüente um excesso de normas e sobreposição de exigências. Tudo isso centralizado na sede do CNP, que era um colegiado, de onde eram expedidas Resoluções, Portarias e Decisões Plenárias, visando a disciplina das empresas permissionárias.

A Diretoria de Fiscalização programava suas ações de diligências para todos os estados da Federação(Capital e Interior) com o posterior retorno a sede, com um quadro de 120(Cento e vinte) fiscais.

As empresas permissionárias eram padronizadas através de legislações e todas as alterações eram decididas em Brasília/D.F.

A partir do início do programa de desregulamentação instituído pelo governo federal, que teve seu início junto à criação do D.N.C., surgiram diversas mudanças e verdadeiros impactos positivos nos segmentos Distribuidores e Revendedores dos derivados do petróleo, como exemplo, a desequalização dos preços dos produtos com a retirada gradativa dos subsídios, desta forma, até os dias atuais temos os preços do GLP envasilhado no Porto de Revende e do Óleo Diesel no Posto Revendedor, tabelado por município.

Em virtude da mesma desregulamentação foram criadas as Delegacias regionais do M.M.E. e suas unidades de fiscalização, sediadas em algumas capitais, sendo que a de Belo Horizonte, até meados de 1996 possuía apenas 01(um) fiscal. Por outro lado em toda extensão

do estado de Minas Gerais, o que se apresentava e estava sujeito a ação fiscal eram as seguintes atividades, em números aproximados: 10.000(dez mil) firmas permissionárias do governo federal para distribuir, produzir, comercializar e transporta os derivados de petróleo e 20.000(vinte mil) pontos de vendas clandestinos de GLP envasilhado, espalhados na extensão territorial do estado, em mais de 800(oitocentos) municípios, onde também residiam as dúvidas e carências, de informação, tanto das permissionárias, assim como dos órgãos de classe, autoridades e do público consumidor, de forma geral.

Logo de inicio destacam-se um dos grandes problemas que é oriundo da comercialização do GLP, que é a sua venda clandestina, sem qualquer critério de segurança, peso e preço, o que fere diretamente a economia popular. A falta de segurança no mercado de um produto, como é o GLP, que é consumido por 98% dos lares brasileiros, ao longo dos anos, tem causado, diariamente acidentes com vítimas fatais, e em proporções diversas, como exemplo o do “shopping” de Osasco/SP, com a destruição material, e um numero de mortos igual a 130(cento e trinta). Tudo por falta de técnica na instalação centralizada e armazenamento de GLP envasilhado, irregularmente. Diante da grandiosidade de nossa responsabilidade social com o público em geral, a falta de recursos material, de pessoal e financeiro, partimos para um projeto inovador que fosse solucionar os problemas apresentados.

Projeto de comunicação Institucional e Parcerias para Fiscalização

Objetivo Geral:

Identificação das autoridades e entidades, sediadas no interior do estado, tais como: Promotores de Justiça, Coordenadores do Procon, Prefeituras, Associações e Sindicatos, para que fossem instruídos a respeito da legislação vigente, bem como quais as ações poderiam ser feitas, para inibir os desvios e irregularidades que, feriam a economia popular e a segurança, visto que já existem leis suficientes para cumprir tal mister.

Objetivo Específico:

Inibir até erradicar, o comércio irregular do GLP envasilhado e dos combustíveis automotivos, quando estes estiverem colocando em risco de vida a população de uma cidade ou parte dela, bem como tiver prejudicando a economia popular com peso a menor e preços majorados. Para tanto estimular o espírito de parceria com autoridades entidades sediadas nos municípios onde as mesmas têm um determinado grau de responsabilidade.

Experiência Inovadora:

Através de reuniões nos municípios com autoridades e entidades de classe, tais como: Promotores de Justiça, Coordenadores de Procons, Prefeituras, Corpo de Bombeiros, Associações e Sindicatos, objetivando instruí-los, no sentido pedagógico e subsidiá-los com a legislação vigente do órgão fiscalizador, sensibilizando-os para os graves problemas gerados por ocasião do armazenamento, transporte e comércio irregular do GLP, e também com a economia popular abalada, quando aos preços dos produtos tabelados, estavam majorados. Também o estabelecimento do Canal de Comunicação com nossa unidade para as atualizações, via fax, telefone e Internet, em virtude de nossas dificuldades de pessoal e material. A experiência ocorreu a partir do entendimento das competências que cada autoridade possui, e a forma criada(através de reuniões documentadas) para uma parceria efetiva nos municípios onde se situavam, no sentido de defesa de interesses da população de forma permanente, visto que nossa unidade regional estava na capital, e não havendo possibilidade da presença em outros municípios de forma continuada e simultânea.

Implementação da Experiência:

Para administrar a dificuldade de solucionar a grande demanda de denúncias e reclamações voltadas para a área do comércio clandestino de GLP, no interior do estado, e a partir de 1996 é que o número de fiscais foi aumentado para apenas 05(cinco). Com um número de funcionários de área intermediária era reduzido 05(cinco), foi que partimos para a busca de parceiros em potencial nos municípios onde ocorriam as necessidades de ações fiscalizadoras mais frequentes.

1ª Etapa:

Após identificados nossos parceiros externos, realizamos instruções, e treinamentos com funcionários da área meio, lotados na Seção de Fiscalização (SEFIC), e que até aquela data, desconheciam a legislação pertinente ao assunto, para que pudessem reproduzi-la, externamente, às autoridades municipais que, por sua vez, iriam fazer cumpri-las dentro de suas competências.

2ª Etapa:

Destacar os municípios onde a população e autoridades, haviam feito denúncia, a respeito do comércio e constantemente requeriam nossa presença. Em seguida havia a identificação de quais autoridades e entidades estavam sediadas na localidade, a seguir promovíamos as reuniões, que eram planejadas e programadas com antecedência devida. A partir daí também ficava criado um canal de comunicação com nossos “parceiros” nos municípios, onde continuávamos a subsidiá-los, a medida de necessidade, com alterações na legislação, preços e etc.

Concepção da Experiência:

A idéia surgiu do Chefe da Seção de Fiscalização de Combustíveis da Delegacia do M.M.E/MG, no final do ano de 1994, ao perceber a carência da comunicação interna, a falta de parcerias e colaboração entre as entidades governamentais. Assim como a falta de comunicação externa, do governo com o público em geral, visto que o Diário Oficial da União, não está ao alcance dos interessados em uma sociedade, nem mesmo existe neste veículo oficial de comunicação uma redação apropriada para todos os níveis culturais. A mesma é sempre formal e padronizada.

Clientela Visada

O público consumidor, de maneira geral, as autoridades e entidades com sede nos diversos municípios, tais como: Promotores de Justiça, Chefes dos Procons, Associações e Sindicados, Prefeituras e órgãos da Segurança Pública.

Participação

Quadro técnico-administrativo e funcionários fiscais, lotados na Delegacia Regional do MME em Minas Gerais, Seção de Fiscalização(SEFIC).

A participação de todos os funcionários acima foi de vital importância visto que o planejamento do trabalho, preparação do material didático, estudo da legislação vigente, programação e execução é sempre realizada pela equipe, com administração própria e horizontalizada.

Clientela:

È sempre elevada a participação das autoridades, principalmente dos Promotores Públicos, Coordenadores dos Procons, Segurança Pública, Prefeitos, Sindicatos de Classe e Associações, que através da reprodução da informação e da importância política dentro de uma comunidade exercem sua parceria.

Transparência:

O Trabalho de Comunicação Institucional e Parcerias para Fiscalização é tornado publico e transparente na íntegra, a medida que os veículos de comunicação são usados para reprodução de informação. No âmbito do Ministério de Minas e Energia, sempre teve o endosso dos Delegados Regionais, desde o ano de 1994 foi dado conhecimento amplo do assunto a Diretoria do DNC.

Responsabilização:

A responsabilidade dos participantes também é elevada, visto que os funcionários que através de revezamento celebram as reuniões têm o compromisso de fazer cumprir os objetivos junto às autoridades. Estas ficam coma responsabilidade de reproduzi-las e fazer cumprir no âmbito de sua competência, através da sinergia com outras autoridades, retornando para nossa unidade os resultados obtidos.

Obstáculos Encontrados:

Pessoal – O número de pessoal disponível para o trabalho (funcionários e fiscais), sempre foi reduzido, com um total máximo de 10(dez). Atualmente, este número ficou reduzido a 07(sete), devido à transferência e aposentadoria.

Logístico – A disponibilidade de recursos materiais da Delegacia (DMME/MG) assim como veículos para transporte de pessoal e Recursos Financeiros, foram sempre insuficientes diante da demanda.

Político – Em algumas cidades, geralmente com populações reduzidas, houve dificuldades do Prefeito em desenvolver com outras autoridades, a execução do trabalho com os seus objetivos.

Adequação e Redução dos Gastos

Para administrar a dificuldade de pessoal, passamos a incluir no roteiro de municípios visitados pela fiscalização, reuniões com autoridades que foram mencionadas, nas cidades onde era exercida a fiscalização ou vizinhança.

O revezamento também entre os funcionário foi adotado, ou seja, os funcionários que antes somente faziam serviços internos, passaram a ter a incumbência de promover as reuniões no interior do estado.

Atualmente há falta de repasse financeiro do MME/MG, para serem usados com diárias, o que vem obstaculizar a continuidade do trabalho, no ritmo anterior.

Recursos Utilizados:

No melhor período de funcionamento da experiência, em 1997, eram programadas viagens de 05 (cinco) dias no interior do Estado, em locais onde as denúncias eram constantes, para cada funcionário da Seção de Fiscalização – MG, e um motorista oficial, sendo feito um revezamento entre os funcionários da Seção semanalmente. Em cada viagem de 05(cinco) dias eram visitados 12(doze) municípios em média, onde eram celebradas as reuniões aludidas. Para tanto eram gastos em média 40(quarenta) diárias/mês, mais o recurso destinado ao combustível do veículo, bem como cópias xerox de toda legislação pertinente ao assunto levado a efeito nas reuniões aludidas, acompanhado de um ofício, externando em sua redação nosso objetivo naquela parceria.

A redução dos custos ocorreu quando solicitamos autorização do Delegado do MME/MG, para que os funcionários, desde que habilitados, pudessem conduzir os carros oficiais, o que resultou uma economia(redução de despesas) com diárias da ordem de 50%.

Situação Atual:

Resultados

- Foram visitadas 305(Trezentos e Cinco) Prefeituras; 154(Cento e cinquenta e quatro) Promotorias de Justiça; 35(Trinta e Cinco) Chefes de Procon; 15(quinze) Delegacias de Policia e 10(dez) Unidades do Corpo de Bombeiros.

Mecanismo de Avaliação

O maior instrumento encontrado para avaliação foi a diminuição de 80% das denúncias que surgiam das regiões com problemas, juntamente com o acompanhamento feito junto as autoridades, através de telefone com ligações gratuita.

Impacto

- Como resultado, tivemos a diminuição drástica de denúncias relacionadas com o armazenamento, comércio e distribuição do GLP e outros combustíveis, nos municípios onde foi desenvolvido o trabalho (30% do estado de Minas Gerais), em termos de municípios. A nossa unidade regional passou a Ter maior representatividade em todo o estado, e os trabalhos com órgãos de classe, assim como sindicatos e associações, também continua com a nossa presença nas microrregiões, acrescentando ao perfil de órgão fiscalizador, também o de orientador e parceiro da sociedade.